



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCELO DA COSTA BRETAS**, MM. Juiz Federal Titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos virem, ou dele tiverem conhecimento do presente EDITAL, que a 7ª Vara Federal Criminal levará à venda em hasta pública por meio de **ALIENAÇÃO ANTECIPADA**, nas datas, local e sob as condições adiante descritas, os bens apreendidos na **AÇÃO PENAL** a seguir relacionados, obedecendo o artigo 144-A do Código Penal, artigos 879 a 903 do Código de Processo Civil/2015, artigo 4º – A da Lei 9.613/98, e **resolução 236 de 13 de Julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, na MODALIDADE DE LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO**, com o recebimento de lances presencialmente e através do sítio eletrônico www.rioleiloes.com.br.

1º LEILÃO:

DATA: Dia 13/12/2018, a partir das 13h:00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

2º LEILÃO:

DATA: Dia 18/12/2018, a partir das 13h:00min, pela melhor oferta, desde que o lance não seja inferior a 80% (oitenta por cento) do valor atribuído ao bem na avaliação/reavaliação, abaixo do qual os lances serão considerados “preço vil”, para fins da Lei.

LOCAL:

O LEILÃO PRESENCIAL será realizado no Hall de Entrada do Bloco B do Fórum Federal Desembargadora Federal Marilena Franco, Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, situado na Avenida Venezuela, nº 134, Bloco B, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. Simultaneamente, **O LEILÃO ELETRÔNICO** será realizado através do sítio eletrônico www.rioleiloes.com.br na data e horários estabelecidos acima, **devendo os interessados em participar dessa modalidade de leilão eletrônico efetuarem cadastramento prévio na forma solicitada pelo referido site, no prazo máximo de 24h antes do leilão eletrônico.**

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

Renato Guedes Rocha, JUCERJA nº 211
Fone: 0800-707-9272 – www.rioleiloes.com.br

1) INFORMAÇÕES GERAIS E INTIMAÇÕES

a) Fica, pelo presente, devidamente intimada a parte ré da designação supra e para, querendo, acompanhá-la, se não tiver sido encontrada quando da realização da intimação pessoal (cf. art. 889 do Código de Processo Civil/2015), **bem como os credores pignoratícios, coproprietário(s), instituição financeira para o caso do(s) veículo(s) com restrição de alienação fiduciária, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, do leilão designado, para as datas, horário e local acima mencionados.**

b) Atendendo ao disposto no art. 887 do Código de Processo Civil/2015, autorizo o leiloeiro público designado a divulgar fotografias dos bens penhorados no sítio www.rioleiloes.com.br, sem prejuízo de outras



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

formas de publicidade, que venham a ser adotadas pelo leiloeiro, tendentes a mais ampla publicidade da alienação. Informações complementares podem ser obtidas no sítio da Justiça Federal (www.jfrj.jus.br, no caminho “Consultas”; “Leilões Judiciais”), através do leiloeiro público (tel.: 0800-707-9272 – www.rioleiloes.com.br), na sede do Juízo (Av. Venezuela, 134, Bloco 2 – 4º Andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, entre 12:00 e 17:00 horas) ou, ainda, por correio eletrônico dirigido à Secretaria do Juízo (07vfcrr@jfrj.jus.br).

c) a alienação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, conforme art. 892 do CPC/2015. Tratando-se de imóveis ou veículos, o interessado em adquirir o(s) bem(ns) por prestações poderá apresentar proposta de parcelamento, mediante as seguintes condições:

c.1) O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada. Ao valor de cada parcela, será acrescido de índice de correção monetária, garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem, no caso de imóveis, ou mediante apresentação de caução idônea no caso de veículos ou embarcações (exemplo de caução idônea: seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado compatível com o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação pelo juízo. Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, o arrematante poderá efetuar o pagamento da arrematação à vista, ou manter o pedido de parcelamento, porém terá a posse do bem postergada para após a quitação do lance ofertado. No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda da caução em favor do exequente, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.:** Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

c.2) A primeira prestação vencerá 30 (trinta) dias depois da data da arrematação e as demais, sucessivamente, a partir da data da emissão da carta de arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil seguinte;

c.3) No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas consoante disposto no parágrafo 4º, art. 895 do novo CPC, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao vencimento da parcela, até a data do efetivo pagamento;

c.4) O valor correspondente a 25% (vinte por cento) (item 2) será considerado caução, ficando sujeito a perda em caso de atraso no pagamento de 03 (três) prestações; O adquirente deverá fazer prova, mensalmente, do pagamento da respectiva prestação, juntando-a no processo da arrematação;

c.5) O registro da hipoteca judiciária sobre o bem deverá ser formalizado no prazo de 30 (trinta) dias após a data de arrematação. Sendo que, após o pagamento de todas as prestações, ficam a cargo do arrematante as despesas cartorárias para levantamento do registro;

c.6) Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado (art. 895, § 8º do CPC):

I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;

II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.

c.7) O Pagamento do valor do bem deverá ser recolhido em **conta judicial** vinculada ao número do processo e à disposição deste Juízo, conforme distribuição do processo Federal, perante a Caixa Econômica Federal vinculada a esse MM. Juízo.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

- d)** sobre o valor da arrematação, fica arbitrada a comissão do leiloeiro, no percentual de 5% (cinco por cento), a ser paga pelo arrematante diretamente ao Leiloeiro no ato da Hasta Pública;
- e)** o arrematante recolherá, ainda, as custas de arrematação no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da arrematação, observado o mínimo de 10 (dez) UFIR e o máximo de 1.800 (mil e oitocentas) UFIR, nos termos da Lei nº 9.289/1996 (Tabela III);
- f)** deverá ser observado, para o segundo leilão, que não serão deferidos lances inferiores a **80% (oitenta por cento)** do valor atribuído ao bem na avaliação/reavaliação;
- g)** Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.
- h)** eventuais ônus tributários, bem como os débitos condominiais que recaiam sobre os imóveis serão subrogados sobre o preço da arrematação, conforme o art.130 do CTN, observado o contido no art. 187 do mesmo diploma legal. Aplicável analogicamente ao IPVA, conforme decisão no AgRg no REsp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012. No caso de veículos, o arrematante não arcará também com IPVA e multas de trânsito eventualmente existentes sobre estes bens até a data da arrematação, em face da natureza originária da aquisição, e na forma dos parágrafos 9º e 10º do artigo 328, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como em face de seu caráter personalíssimo.
- i)** os bens serão vendidos no estado em que se encontram, podendo haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação;
- j)** A localização dos bens para visitação   a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados ter o o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. A visitação livre pode dar-se de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça.
- k)** a remoção e o transporte do(s) bem(ns) arrematado(s) são de responsabilidade do arrematante, correndo as despesas correlatas por sua conta.

2) RELAÇÃO DOS BENS:

AUTOS: 0504058-24.2017.4.02.5101 (2017.51.01.504058-4) –PETIÇÃO CRIMINAL

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EXECUTADO: NÃO IDENTIFICADO

BEM(NS): 01 (um) Iate marca Pershing SPA, modelo 115, ano de fabrica o 2009, local de constru o: Mondoufo – Itália, nome Sprit of Brazil VIII, material de constru o: fibra de vidro; combustível:  leo diesel comum; motores: 02 motores MTU-M90, com turbina 5000 HP, marca: Vericor com propulsores Kanewa; comprimento: 35,07m; boca: 7,20m; pontal: 3,76m; calado leve: 1,40m; calado carregado: 1,55m; arquea o bruta: 189; arquea o líquida: 156; potência propulsiva total: 9191 Kw, capacidade de armazenamento do tanque: 16.500 litros; tanques de água armazenam cerca de 3.000 litros de água doce; nacionalizado com bandeira brasileira; registro de propriedade 13137 DVA-T, inscri o na Capitania dos Portos n  4430473927, com capacidade para 22 pessoas, sendo 21 passageiros, mais 01 tripulante; sistema de som MP3, vídeo, TV LCD de 67 polegadas na sala e TV's menores em outros ambientes; espaço para guardas 02 jet-skis; 04



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

quartos, sendo 02 suítes – sendo uma suíte master com sauna e closet e duas demi suítes; 03 cabines para viagens de longa duração, sendo 02 para tripulantes e 01 para o capitão; cozinha decorada em aço escovado.

Obs. 01: O iate tem baixíssimas horas de uso; trata-se de embarcação especial, de qualidade reconhecida e com grande sucesso de venda; A parte interna da embarcação está muito bem cuidada, não aparentando os anos que tem. Se faz necessário a realização de manutenções corretivas, especialmente com relação ao casco da embarcação (pintura anti-incrustante e pintura de fundo), que não recebe a devida manutenção há 4 anos e que isso pode causar danos à fibra as lâminas de fibra poderão contaminar com umidade as lâminas seguintes, causando danos estrutural do casco; a pintura deveria ser refeita ou reparada a cada 2 anos, bem como deveria ser feita uma revisão anual do casco, além disso, a pintura da parte não submersa da embarcação também já apresenta danos. É necessário também, a troca da teca (madeira do chão), conserto na parte elétrica e revisão das turbinas. Há necessidade de manutenção no sistema de ar condicionado, tubulações, atualização da parte eletrônica e troca de bombas injetoras. **Obs. 02:** A embarcação não vem sendo utilizada para navegação, tendo em vista que, por conta da apreensão realizada anteriormente, por determinação da 3ª Vara Federal Criminal, a Capitania dos Portos não emitiu o documento de autorização para navegação dos anos de 2016, 2017 e 2018, porém as taxas e impostos seguem sendo pagos. **Obs. 03:** A versão padrão do Pershing 115 é alimentada por dois motores a diesel MTU totalizando 7400hp, combinados com dois hidrojatos Kamewa Rolls Royce, garantindo uma velocidade máxima de cerca de 40 nós.

(RE)AVALIAÇÃO: R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em 15/10/2018.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Estrada Vereador Benedito Adelino (ou Estrada do Contorno), nº 4.639, Bairro Vila Velha – Angra dos Reis/RJ

ÔNUS: Busca e Apreensão nos autos nº 0501501-35.2015.4.02.5101, em trâmite na 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ.

E para que chegue o presente EDITAL ao conhecimento dos executados e de terceiros interessados, os quais não poderão, no futuro, alegar ignorância a respeito, foi expedido o presente Edital, bem como, para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015), expeçam-se editais de igual teor, que serão publicados na forma da Lei, através do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região - e-DJF2R (www.jfrj.jus.br) na forma da lei e afixados no local de costume. Expedido nesta cidade de Rio de Janeiro/RJ, aos 23 de novembro de 2018. Eu, FERNANDO ANTÔNIO SERRO POMBAL - Diretor de Secretaria em exercício, conferi e subscrevi.

MARCELO DA COSTA BRETAS
MM. JUIZ FEDERAL TITULAR
DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCELO DA COSTA BRETAS**, MM. Juiz Federal Titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos virem, ou dele tiverem conhecimento do presente EDITAL, que a 7ª Vara Federal Criminal levará à venda em hasta pública por meio de **ALIENAÇÃO ANTECIPADA**, nas datas, local e sob as condições adiante descritas, os bens apreendidos na **AÇÃO PENAL** a seguir relacionadas, obedecendo o artigo 144-A do Código Penal, artigos 879 a 903 do Código de Processo Civil/2015, artigo 4º – A da Lei 9.613/98, e **resolução 236 de 13 de Julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, na MODALIDADE DE LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO**, com o recebimento de lances presencialmente e através do sítio eletrônico www.rioleiloes.com.br.

1º LEILÃO:

DATA: Dia 13/12/2018, a partir das 13h:00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

2º LEILÃO:

DATA: Dia 18/12/2018, a partir das 13h:00min, pela melhor oferta, desde que o lance não seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor atribuído ao bem na avaliação/reavaliação, abaixo do qual os lances serão considerados “preço vil”, para fins da Lei.

LOCAL:

O LEILÃO PRESENCIAL será realizado no Hall de Entrada do Bloco B do Fórum Federal Desembargadora Federal Marilena Franco, Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, situado na Avenida Venezuela, nº 134, Bloco B, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. Simultaneamente, **O LEILÃO ELETRÔNICO** será realizado através do sítio eletrônico www.rioleiloes.com.br na data e horários estabelecidos acima, **devendo os interessados em participar dessa modalidade de leilão eletrônico efetuarem cadastramento prévio na forma solicitada pelo referido site, no prazo máximo de 24h antes do leilão eletrônico.**

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

Renato Guedes Rocha, JUCERJA nº 211

Fone: 0800-707-9272 – www.rioleiloes.com.br

1) INFORMAÇÕES GERAIS E INTIMAÇÕES

a) Fica, pelo presente, devidamente intimada a parte ré da designação supra e para, querendo, acompanhá-la, se não tiver sido encontrada quando da realização da intimação pessoal (cf. art. 889 do Código de Processo Civil/2015), **bem como os credores pignoratícios, coproprietário(s), instituição financeira para o caso do(s) veículo(s) com restrição de alienação fiduciária, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, do leilão designado, para as datas, horário e local acima mencionados.**

b) Atendendo ao disposto no art. 887 do Código de Processo Civil/2015, autorizo o leiloeiro público designado a divulgar fotografias dos bens penhorados no sítio www.rioleiloes.com.br, sem prejuízo de outras



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

formas de publicidade, que venham a ser adotadas pelo leiloeiro, tendentes a mais ampla publicidade da alienação. Informações complementares podem ser obtidas no sítio da Justiça Federal (www.jfrj.jus.br, no caminho “Consultas”; “Leilões Judiciais”), através do leiloeiro público (tel.: 0800-707-9272 – www.rioleiloes.com.br), na sede do Juízo (Av. Venezuela, 134, Bloco 2 – 4º Andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, entre 12:00 e 17:00 horas) ou, ainda, por correio eletrônico dirigido à Secretaria do Juízo (07vfcrr@jfrj.jus.br).

c) a alienação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, conforme art. 892 do CPC/2015. Tratando-se de imóveis ou veículos, o interessado em adquirir o(s) bem(ns) por prestações poderá apresentar proposta de parcelamento, mediante as seguintes condições:

c.1) O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada. Ao valor de cada parcela, será acrescido de índice de correção monetária, garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem, no caso de imóveis, ou mediante apresentação de caução idônea no caso de veículos (exemplo de caução idônea: seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação pelo juízo. Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, o arrematante poderá efetuar o pagamento da arrematação à vista, ou manter o pedido de parcelamento, porém terá a posse do bem postergada para após a quitação do lance ofertado. No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda da caução em favor do exequente, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.:** Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

c.2) A primeira prestação vencerá 30 (trinta) dias depois da data da arrematação e as demais, sucessivamente, a partir da data da emissão da carta de arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil seguinte;

c.3) No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas consoante disposto no parágrafo 4º, art. 895 do novo CPC, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao vencimento da parcela, até a data do efetivo pagamento;

c.4) O valor correspondente a 25% (vinte por cento) (item 2) será considerado caução, ficando sujeito a perda em caso de atraso no pagamento de 03 (três) prestações; O adquirente deverá fazer prova, mensalmente, do pagamento da respectiva prestação, juntando-a no processo da arrematação;

c.5) O registro da hipoteca judiciária sobre o bem deverá ser formalizado no prazo de 30 (trinta) dias após a data de arrematação. Sendo que, após o pagamento de todas as prestações, ficam a cargo do arrematante as despesas cartorárias para levantamento do registro;

c.6) Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado (art. 895, § 8º do CPC):

I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;

II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.

c.7) O Pagamento do valor do bem deverá ser recolhido em **conta judicial** vinculada ao número do processo e à disposição deste Juízo, conforme distribuição do processo Federal, perante a Caixa Econômica Federal vinculada a esse MM. Juízo.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcr@jfrj.jus.br

- d)** sobre o valor da arrematação, fica arbitrada a comissão do leiloeiro, no percentual de 5% (cinco por cento), a ser paga pelo arrematante diretamente ao Leiloeiro no ato da Hasta Pública;
- e)** o arrematante recolherá, ainda, as custas de arrematação no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da arrematação, observado o mínimo de 10 (dez) UFIR e o máximo de 1.800 (mil e oitocentas) UFIR, nos termos da Lei nº 9.289/1996 (Tabela III);
- f)** deverá ser observado, para o segundo leilão, que não serão deferidos lances inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor atribuído ao bem na avaliação/reavaliação;
- g)** Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.
- h)** eventuais ônus tributários, bem como os débitos condominiais que recaiam sobre os imóveis serão subrogados sobre o preço da arrematação, conforme o art.130 do CTN, observado o contido no art. 187 do mesmo diploma legal. Aplicável analogicamente ao IPVA, conforme decisão no AgRg no REsp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012. No caso de veículos, o arrematante não arcará também com IPVA e multas de trânsito eventualmente existentes sobre estes bens até a data da arrematação, em face da natureza originária da aquisição, e na forma dos parágrafos 9º e 10º do artigo 328, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como em face de seu caráter personalíssimo.
- i)** os bens serão vendidos no estado em que se encontram, podendo haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação;
- j)** A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. A visitação livre pode dar-se de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça.
- k)** a remoção e o transporte do(s) bem(ns) arrematado(s) são de responsabilidade do arrematante, correndo as despesas correlatas por sua conta.

2) RELAÇÃO DOS BENS:

AUTOS: 0047488-83.2017.4.02.5101 – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA PENAL

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EXECUTADOS: ARY FERREIRA DA COSTA FILHO, IMBRA – IMOBILIÁRIA BRASILEIRA S/A

INTERESSADOS: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RESIDENCE LE ROUSIDOU, CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO WATERWAYS EAST

BEM(NS): 01) Apartamento nº 401 do Bloco 01 no Condomínio denominado Spazio San Geminiano, situado na Rua Geminiano Góis, nº 151, Freguesia (Jacarepaguá), Rio de Janeiro/RJ, com direito a uma vaga de garagem coberta nº 11, situada no 1º subsolo e a correspondente fração ideal de 0,009379 para o apartamento do respetivo terreno, que mede em sua totalidade 20,00m de frente, 50,00m nos fundos, 131,60m a direita em três segmentos de 745,00m mais 26,00m mais 30,60m, 117,00m a esquerda em três segmentos de 75,00m mais 10,00m mais 32,00m, confrontando a direita com o nº 133 da mesma rua e o nº 679 da Rua Tirol, antiga estrada do Guari, a esquerda com o nº 169 da Rua Geminiano Góis e com terrenos



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

da estrada dos Três Rios e nos fundos com terrenos da Rua Comandante Rubens Silva, antiga Rua Rosa. Imóvel localizado em área predominante residencial, em prédio composto por dois blocos, num total de 108 unidades, sendo que o bloco 01 conta com seis andares, com oito unidades em cada andar; o apartamento possui aproximadamente 100,00m², com cozinha, sala, três quartos, sendo um deles suíte, varanda com vista para a Ria Geminiano Góis e um banheiro com box de vidro temperado, em excelente estado de conservação, apesar de apresentar muita poeira aparente. O condomínio Spazio San Geminiano conta com academia, sauna, piscina, dois salões de festa, espaço gourmet e campo de futebol. Trata-se de apartamento com três quartos, localizado na primeira torre da frente, pia em granito e lavanderia com tanque de lavar roupas. Os banheiros possuem box de vidro temperado, chuveiro e vaso sanitário em bom estado de conservação, assim como o imóvel encontra-se em bom estado de conservação, com pintura nova. Condomínio situado em área nobre, Freguesia de Jacarepaguá, onde tem muitos condomínios de luxo, sendo que este condomínio oferece área de churrasqueira, academia, sauna, cinema, lan house, piscinas, piscinas, hidromassagem e ofurô, salão de festas, espaço gourmet, espaço office, muro de escalada e campo de futebol (sintético), espaço zen e mini golf. **Registrado no 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ, matrícula nº 327.436, avaliado em R\$ 580.000,00;** **02) Sala comercial Duplex (cobertura) nº 301, localizada na Avenida Olegário Maciel, nº 214, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, medindo 95,00m² de área edificada, com uma vaga de garagem situada no subsolo, e a respectiva fração ideal de 56/1.000 do terreno (Lote 51 da quadra P do PAL 6248), que mede de frente para a Avenida Olegário Maciel 13,00m em reta, mais 9,42m em curva interna com raio de 6,00m, concordando com o alinhamento da Avenida General Guedes da Fontoura, por onde mede 31,00m; 19,00m nos fundos e 37,00m a esquerda, confrontando à esquerda com o lote 52 e nos fundos com o lote 50, ambos da mesma quara P e de propriedade de Massa Falida Imobiliária Tijucamar S/A ou sucessores. Obs.: Consta averbação de construção e modificação de acréscimo de 42,42m². O imóvel foi reformado recentemente, está em ótimo estado de conservação, sendo o piso superior todo em mármore, sala mobiliada para um salão de beleza, com quatro aparelhos de ar condicionado, sendo um em cada ambiente (recepção, sala 01, sala 02 e sala do piso superior), armários embutidos no lavabo e copa, sendo que o lavabo consta com opia e vaso sanitário, tudo em bom estado de conservação. A sala comercial possui uma vaga de garagem coletiva. O acesso ao piso superior se dá através de uma escada caracol de ferro. O fornecimento de energia elétrica está suspenso. **Registrado no 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ, sob matrícula nº 215.658, avaliado em R\$ 830.000,00.****

(RE)AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 1.410.000,00, em 22/11/2017.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Conforme descrições acima.

ÔNUS: **Item 01) SEQUESTRO** em favor do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, autos nº 0501035-70.2017.4.02.5101, em trâmite na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ. **DÉBITOS** de Condomínio no valor de R\$ 14.349,37, em 02/10/2018. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária; **Item 02) SEQUESTRO** em favor do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, autos nº 0501035-70.2017.4.02.5101, em trâmite na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

E para que chegue o presente EDITAL ao conhecimento dos executados e de terceiros interessados, os quais não poderão, no futuro, alegar ignorância a respeito, foi expedido o presente Edital, bem como, para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015), expeçam-se editais de



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Avenida Venezuela, 134, Bloco B – 4º andar,
Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20.081-312 - Fone: (21) 3218-7973 / 7974
e-mail: 07vfcrr@jfrj.jus.br

igual teor, que serão publicados na forma da Lei, através do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região - e-DJF2R (www.jfrj.jus.br) na forma da lei e afixados no local de costume. Expedido nesta cidade de Rio de Janeiro/RJ, aos 23 de novembro de 2018. Eu, FERNANDO ANTÔNIO SERRO POMBAL – Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi.

MARCELO DA COSTA BRETAS
MM. JUIZ FEDERAL TITULAR
DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO